



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, por determinação do Exmo. Prefeito Municipal Sr. **ADEILTON PASCOALINE MAGALHÃES**, torna público que se acha aberta nesta unidade de licitação, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

PERÍODO DE DIVULGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA:

- De 22/05/2026 a 28/05/2026.

DATA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

- Até o dia 28/05/2026, às 08:00 horas (horário de Brasília).

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- Data: 28/05/2026.

- Horário da Fase de Lances: A partir das 8:01h às 14:00 horas.

LINK: licitacao.donaeuzebia@gmail.com

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- MENOR PREÇO GLOBAL.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente licitação é selecionar propostas mais vantajosas, para a aquisição de materiais esportivos para atender os projetos municipais, conforme a solicitação da secretaria de Esportes Municipal, assim como condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação no presente dispensa se dará mediante encaminhamento de documentação e propostas para o e-mail: licitacao.donaeuzebia@gmail.com à esta Comissão de Contratação.

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante não cabendo a Prefeitura Municipal, órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (**Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário**); e

2.2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021**.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da **DISPENSA ELETRÔNICA** ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. A proposta comercial deverá ser encaminhada para o e-mail: Licitacao.donaeuzebia@gmail.com até às 08:00h do dia 28/05/2026.

3.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, encaminhará, exclusivamente por **Meio Eletrônica**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do objeto:

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta comercial, o fornecedor deverá declarar que:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o **art. 93 da Lei nº 8.213/91**.

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**.

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**.

4. FASE DE LANCES



4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por **Meio Eletrônico**, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, no e-mail: licitacao.donaueuzebia@gmail.com, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Global**.

4.3. Após análise das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste **Aviso de Contratação Direta**.

4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado na proposta comercial, respeitada a ordem de classificação,



quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.5.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.6. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e **nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.6.1. SICAF;

5.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela **Controladoria-Geral da União** (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.6.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela **Controladoria-Geral da União** (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**.

5.8. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (**IN nº 3/2018, art. 29, caput**).

5.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (**IN nº 3/2018, art. 29, §1º**).

5.8.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (**IN nº 3/2018, art. 29, §2º**).

5.8.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.9. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.10.1. Contiver vícios insanáveis;

5.10.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



- 5.10.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.10.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.11.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.11.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.11.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.12.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.15.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.16.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.17.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela **Controladoria-Geral da União** (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);



- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) **Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU**.

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do **SICAF**, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação (**art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021**).

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. Serão aceitos registros de **CNPJ** de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND** e ao **CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





6.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar nº 123, de 2006**, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

6.13.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;



7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos **artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021** e reconhece os direitos da Administração previstos nos **artigos 137 a 139 da mesma Lei**.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como **ME/EPP** ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do **subitem 8.1.1** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos **subitens 8.1.1 a 8.1.12**;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos casos dos **subitens 8.1.2 a 8.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, nos casos dos **subitens 8.1.8 a 8.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º**):



- 8.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.3.6.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021**;
- 8.3.5.** As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o **capítulo II-B do Título XI do Código Penal**.
- 8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º**).
- 8.5.** A aplicação das sanções previstas neste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**art. 156, §9º**).
- 8.6.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º**).
- 8.7.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (**art. 157**).
- 8.8.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.10.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou **Processo Administrativo de Responsabilização - PAR**.
- 8.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.14.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 14.133, de 2021**, e subsidiariamente na **Lei nº 9.784, de 1999**.
- 8.15.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



8.16. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (**art. 159**).

8.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160**).

8.18. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do **Poder Executivo Federal (Art. 161)**.

8.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021**.

8.20. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. procedimento será divulgado no Endereço Eletrônico: <https://donaeuzebia.mg.gov.br/>, ou pelo e-mail: licitação.donaeuzebia@gmail.com.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos **subitens 9.2.1 e 9.2.2** também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.





9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Dona Euzébia - MG.

9.13. Integram este **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

9.13.2. ANEXO II – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR.

Dona Euzébia, 20 de maio de 2026.

Camilo Teixeira Filho
Secretário de Esportes e Lazer





TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, por meio de processo de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de Dona Euzébia.

1.2. A aquisição tem como finalidade garantir a realização de campeonatos municipais, treinamentos esportivos, atividades recreativas e demais ações de incentivo à prática esportiva promovidas pela Administração Pública. Os materiais incluem bolas esportivas, redes para diferentes modalidades, equipamentos de arbitragem, troféus, medalhas, coletes, meiões e tatames, essenciais para a organização e desenvolvimento das atividades esportivas no município.

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos conforme as condições, quantidades e especificações descritas na tabela abaixo:

| ITEM | QUANT | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VOLAR TOTAL |
|------|-------|---------------------------------------|----------------|--------------|
| 01 | 02 | BOLA BASQUETE | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 02 | 01 | REDE BASQUETE SEDA | R\$ 63,00 | R\$ 63,00 |
| 03 | 13 | BOLA PENALTY FUTSAL LIDER | R\$ 122,00 | R\$ 1.586,00 |
| 04 | 12 | BOLA FUTSAL STORM | R\$ 142,00 | R\$ 1.704,00 |
| 05 | 03 | BOLA CAMPO | R\$ 142,00 | R\$ 426,00 |
| 06 | 01 | REDE FUTSAL FIO4 | R\$ 337,50 | R\$ 337,50 |
| 07 | 01 | REDE SPITTER VOLEI 4 FX SINTÉTICA | R\$ 217,00 | R\$ 217,00 |
| 08 | 03 | REDE SPITTER FUTSAL FIO4 SEDA | R\$ 457,00 | R\$ 1.371,00 |
| 09 | 01 | REDE SPITTER CAMPO FIO 4 NYLON | R\$ 837,00 | R\$ 837,00 |
| 10 | 01 | REDE SOCIETY | R\$ 640,00 | R\$ 640,00 |
| 11 | 01 | REDE SPITTER SOCIETY 6 MTS FIO4 NYLON | R\$ 864,00 | R\$ 864,00 |
| 12 | 30 | MEIÃO PENALTY MATIS TREINO ADULTO | R\$ 28,00 | R\$ 840,00 |
| 13 | 01 | TROFÉU PIAZZA CAMPEÃO | R\$ 136,00 | R\$ 136,00 |
| 14 | 01 | TROFÉU PIAZZA VICE CAMPEÃO | R\$ 115,00 | R\$ 115,00 |
| 15 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 131,00 | R\$ 131,00 |
| 16 | 01 | TROFÉU PIAZZA ARTILHEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 46,00 |
| 17 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 84,00 | R\$ 84,00 |
| 18 | 03 | TROFÉU PIAZZA GOLEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 138,00 |
| 19 | 06 | MEDALHA PIAZZA GRANDE | R\$ 16,00 | R\$ 96,00 |
| 20 | 01 | LUVA GOLEIRO | R\$ 90,50 | R\$ 90,50 |
| 21 | 02 | BALDE MASSAGEM | R\$ 151,00 | R\$ 302,00 |
| 22 | 02 | CESTA PARA GARRAFA C/6 SLIM 550ML | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 23 | 04 | MEDALHA CRESPAR GRANDE 50MM | R\$ 5,50 | R\$ 22,00 |
| 24 | 01 | KIT CARTÃO SALÃO SCALIBU | R\$ 28,00 | R\$ 28,00 |
| 25 | 02 | APITO SCALIBU GRANDE | R\$ 13,00 | R\$ 26,00 |
| 26 | 02 | APITOS | R\$ 6,50 | R\$ 13,00 |
| 27 | 02 | CORDÃO SCALIBU PARA APITO | R\$ 7,00 | R\$ 14,00 |
| 28 | 01 | FITA MARCAÇÃO | R\$ 217,50 | R\$ 217,50 |
| 29 | 29 | COLETES | R\$ 17,00 | R\$ 493,00 |





| | | | | |
|----|----|------------------|------------|--------------|
| 30 | 20 | PLACA TATAME 4MM | R\$ 178,00 | R\$ 3.560,00 |
|----|----|------------------|------------|--------------|

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.997,50 (quatorze mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta reais).

1.4. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme disposto no **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021**.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133/2021**.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à execução da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência, considerando a necessidade de aquisição de materiais esportivos destinados ao desenvolvimento das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia.

2.2. A aquisição dos materiais esportivos é necessária para garantir a estrutura adequada para a realização de campeonatos municipais, treinamentos, eventos esportivos e atividades de incentivo à prática esportiva, abrangendo diferentes modalidades como futebol de campo, futsal, basquete, voleibol e artes marciais.

2.3. Os materiais adquiridos serão utilizados nas atividades desenvolvidas pelo município, proporcionando melhores condições para a prática esportiva, contribuindo para a organização das competições, valorização dos atletas locais e incentivo à participação da população em atividades físicas e recreativas.

2.4. A contratação visa fortalecer as políticas públicas de incentivo ao esporte, promovendo saúde, lazer, inclusão social e integração comunitária, além de contribuir para o desenvolvimento do esporte amador no município.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que se trata de **fornecimento direto de materiais esportivos**, os quais deverão ser entregues integralmente pela empresa contratada, garantindo a qualidade, procedência e conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.2. Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme os artigos 96 e seguintes da **Lei nº 14.133/2021**, considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns de pronta entrega, bem como o valor estimado da contratação, não havendo risco relevante que justifique a exigência de garantia.

VISTORIA



3.3. Não haverá necessidade de realização de vistoria prévia, uma vez que o objeto da contratação consiste exclusivamente no **fornecimento de materiais esportivos**, não envolvendo execução de serviços ou intervenções em locais físicos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

3.4. Os materiais esportivos a serem fornecidos deverão atender às especificações constantes na tabela apresentada neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, incluindo bolas esportivas, redes para diferentes modalidades, equipamentos de arbitragem, troféus, medalhas, coletes, meiões e placas de tatame.

3.5. Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade e fabricados conforme padrões técnicos adequados, devendo atender às especificações do fabricante e às exigências de durabilidade e resistência necessárias para uso em atividades esportivas.

3.6. Caso algum material apresente defeito, divergência ou esteja em desacordo com as especificações estabelecidas, a empresa contratada deverá realizar sua substituição sem ônus para a Administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta consiste na **aquisição de materiais esportivos essenciais para o desenvolvimento das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia**, abrangendo treinamentos, campeonatos municipais, eventos esportivos e demais ações de incentivo à prática esportiva.

4.2. Os materiais adquiridos serão utilizados nas diversas modalidades esportivas desenvolvidas pelo município, tais como **futebol de campo, futsal, basquete, voleibol e atividades de artes marciais**, contribuindo para a organização adequada das competições e para o fortalecimento do esporte amador local.

4.3. A aquisição desses equipamentos permitirá melhores condições de prática esportiva para atletas e participantes das atividades esportivas municipais, promovendo **inclusão social, saúde, lazer e integração da comunidade**, além de garantir a adequada estrutura para realização de campeonatos e eventos esportivos.

5. GESTÃO DO CONTRATO

CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa contratada deverá realizar o **fornecimento dos materiais esportivos conforme as especificações, quantidades e características estabelecidas neste Termo de Referência**.

5.2. Os produtos deverão ser **entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e sem qualquer tipo de dano ou defeito de fabricação**.

5.3. O prazo e local de entrega dos materiais serão definidos pela **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia**, devendo a empresa contratada cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos.

5.4. Todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo **transporte, frete, tributos, encargos e demais despesas**, serão de responsabilidade da empresa contratada, não podendo gerar custos adicionais à Administração.

5.5. Caso seja verificada a entrega de produtos em desacordo com as especificações ou com defeito de fabricação, a empresa contratada deverá realizar **a substituição imediata dos materiais**, sem qualquer ônus para a Administração.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



5.6. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

5.7. Emitir a nota de empenho correspondente ao valor total da contratação.

5.8. Encaminhar a nota de empenho à contratada por meio eletrônico.

5.9. Prestar os esclarecimentos necessários à execução do objeto.

5.10. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais por meio de representante da Administração especialmente designado.

5.11. Notificar a contratada por escrito em caso de irregularidades ou descumprimento das condições estabelecidas.

5.12. Efetuar o pagamento da nota fiscal devidamente atestada, conforme as condições estabelecidas.

5.13. A Administração poderá extinguir o contrato sem ônus caso não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou caso entenda que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.14. Fornece os materiais esportivos conforme as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.15. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento inadequado dos materiais.

5.16. Substituir, sem custos adicionais, quaisquer produtos que apresentem defeitos, irregularidades ou divergências em relação às especificações.

5.17. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.18. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam sobre o fornecimento dos produtos.

5.19. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo nos casos autorizados pela Administração.

5.20. Submeter-se às condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos da contratação.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.21. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.22. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.23. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

5.24. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.25. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



5.26. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.27. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

5.30. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.31. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.32. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.33. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.34. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.35. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.36. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CONFIDENCIALIDADE E PROPRIEDADE INTELECTUAL

5.37. As partes comprometem-se a manter a confidencialidade de todas as informações trocadas no âmbito deste procedimento, não as divulgando sem prévia autorização por escrito da parte contrária.

5.38. Os direitos de propriedade intelectual sobre os conteúdos produzidos serão da Contratante.

PROTEÇÃO DE DADOS E CONFORMIDADE COM A LGPD

5.39. A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando as medidas de segurança necessárias para proteção das informações obtidas e fornecidas durante a execução dos serviços.

5.40. As obrigações relativas à proteção de dados serão integradas ao contrato, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a implementação dos mecanismos de segurança necessários.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até decimo dia útil subsequente ao recebimento da Nota Fiscal, através de transferência em conta corrente indicada pelo Contratado.

6.2. A nota deverá ser enviada via e-mail ou entregue em mãos na sede da Prefeitura Municipal.

6.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ocorrer por meio dos Sistemas de Cadastro do Município ou pelo SICAF.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: • o prazo de validade; • a data da emissão; • os dados do contrato e do órgão contratante; • o período respectivo de execução do contrato; • o valor a pagar; e • eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.17. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

6.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7. CESSÃO DE CRÉDITO

7.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020**, conforme as regras deste presente tópico.

7.1.1. As cessões de crédito não abrangidas pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020** dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.1.2. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020**, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.1.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o **art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, nos termos do **Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020**.

7.1.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas



e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. **(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).**

7.1.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de **dispensa eletrônica de licitação**, conforme o **artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando a necessidade de **aquisição de materiais esportivos** destinados à realização de atividades, treinamentos e competições promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de Dona Euzébia.

8.2. A escolha do fornecedor será baseada na **análise das propostas apresentadas**, observando-se o atendimento às especificações técnicas dos produtos e às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. O **critério de julgamento das propostas será o menor preço global**, desde que atendidas todas as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

FORMA DE FORNECIMENTO

8.4. O fornecimento dos materiais esportivos deverá ocorrer **mediante solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**, por meio de **emissão de Ordem de Fornecimento**, contendo as especificações e quantitativos dos itens.

8.5. Os materiais deverão ser **entregues em perfeitas condições de uso**, devidamente embalados e de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência.

8.6. A empresa contratada deverá realizar a **entrega dos materiais no prazo estabelecido pela Administração**, no local indicado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, no município de Dona Euzébia.

8.6. Caso algum produto apresente **defeito, avaria ou esteja em desacordo com as especificações**, a empresa contratada deverá realizar a **substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, sem qualquer custo adicional para a Administração.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.1.4. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou





contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução **Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.**

9.1.6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.1.7. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.1.8. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.**

9.1.9. Agricultor Familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do **art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.**

9.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da **Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).**

9.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.1.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014,** do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho,** aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;**

9.1.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



9.1.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar nº 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (**art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021**), ou de sociedade simples.

9.1.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - **Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II**).

9.1.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

9.1.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.1.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.1.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.1.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.1.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5 % do valor total estimado.

9.1.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º**).

9.1.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.1.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.1.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos **arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971**;

9.1.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.1.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.1.26.4. O registro previsto na **Lei n. 5.764, de 1971, art. 107**;

9.1.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.1.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.1.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o **art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971**, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.1.27.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.1.27.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.1.27.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.1.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos **arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971**;

9.1.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.1.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.1.28.4. O registro previsto na **Lei nº 5.764, de 1971, art. 107**;

9.1.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.1.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.1.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o **art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971**, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

| ITEM | QUANT | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VOLAR TOTAL |
|------|-------|---------------------------------------|----------------|--------------|
| 01 | 02 | BOLA BASQUETE | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 02 | 01 | REDE BASQUETE SEDA | R\$ 63,00 | R\$ 63,00 |
| 03 | 13 | BOLA PENALTY FUTSAL LIDER | R\$ 122,00 | R\$ 1.586,00 |
| 04 | 12 | BOLA FUTSAL STORM | R\$ 142,00 | R\$ 1.704,00 |
| 05 | 03 | BOLA CAMPO | R\$ 142,00 | R\$ 426,00 |
| 06 | 01 | REDE FUTSAL FIO4 | R\$ 337,50 | R\$ 337,50 |
| 07 | 01 | REDE SPITTER VOLEI 4 FX SINTÉTICA | R\$ 217,00 | R\$ 217,00 |
| 08 | 03 | REDE SPITTER FUTSAL FIO4 SEDA | R\$ 457,00 | R\$ 1.371,00 |
| 09 | 01 | REDE SPITTER CAMPO FIO 4 NYLON | R\$ 837,00 | R\$ 837,00 |
| 10 | 01 | REDE SOCIETY | R\$ 640,00 | R\$ 640,00 |
| 11 | 01 | REDE SPITTER SOCIETY 6 MTS FIO4 NYLON | R\$ 864,00 | R\$ 864,00 |
| 12 | 30 | MEIÃO PENALTY MATIS TREINO ADULTO | R\$ 28,00 | R\$ 840,00 |
| 13 | 01 | TROFÉU PIAZZA CAMPEÃO | R\$ 136,00 | R\$ 136,00 |
| 14 | 01 | TROFÉU PIAZZA VICE CAMPEÃO | R\$ 115,00 | R\$ 115,00 |
| 15 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 131,00 | R\$ 131,00 |
| 16 | 01 | TROFÉU PIAZZA ARTILHEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 46,00 |
| 17 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 84,00 | R\$ 84,00 |
| 18 | 03 | TROFÉU PIAZZA GOLEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 138,00 |
| 19 | 06 | MEDALHA PIAZZA GRANDE | R\$ 16,00 | R\$ 96,00 |
| 20 | 01 | LUVA GOLEIRO | R\$ 90,50 | R\$ 90,50 |
| 21 | 02 | BALDE MASSAGEM | R\$ 151,00 | R\$ 302,00 |
| 22 | 02 | CESTA PARA GARRAFA C/6 SLIM 550ML | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 23 | 04 | MEDALHA CRESPAR GRANDE 50MM | R\$ 5,50 | R\$ 22,00 |
| 24 | 01 | KIT CARTÃO SALÃO SCALIBU | R\$ 28,00 | R\$ 28,00 |
| 25 | 02 | APITO SCALIBU GRANDE | R\$ 13,00 | R\$ 26,00 |
| 26 | 02 | APITOS | R\$ 6,50 | R\$ 13,00 |
| 27 | 02 | CORDÃO SCALIBU PARA APITO | R\$ 7,00 | R\$ 14,00 |
| 28 | 01 | FITA MARCAÇÃO | R\$ 217,50 | R\$ 217,50 |
| 29 | 29 | COLETES | R\$ 17,00 | R\$ 493,00 |
| 30 | 20 | PLACA TATAME 4MM | R\$ 178,00 | R\$ 3.560,00 |

10.1. A estimativa para a contratação possui **valor máximo de até R\$ 14.997,50 (quatorze mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme levantamento de preços realizado no mercado e detalhamento constante neste Termo de Referência.

10.2. O valor estimado foi obtido com base em **pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo de materiais esportivos**, considerando os quantitativos necessários para atendimento das atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

10.3. A contratação será realizada por **dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, em razão do valor estimado da contratação estar dentro do limite legal estabelecido para esse tipo de procedimento.

10.4. O valor estimado contempla **todos os custos necessários para o fornecimento dos materiais**, incluindo tributos, encargos, transporte, frete e demais despesas que possam incidir sobre a entrega



dos produtos.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Vigência da Contratação: **12 (doze) meses contados da assinatura do contrato** na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**.

11.2. O endereço destinado à entrega dos equipamentos: **Prefeitura Municipal: Av. Antônio Esteves Ribeiro, nº 340, Bairro Centro, Dona Euzébia - MG, no horário: das 08:00 às 11:00 horas e 12:30 às 16:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.**

11.3. O prazo de entrega dos equipamentos deste contrato será em até **10 (dez) dias**, após a emissão da Ordem de Fornecimento.

11.4. Não serão aceitos equipamentos diferentes dos que forem licitados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 02.04.01;**
- II. Fonte de Recursos: 1.500;**
- III. Programa de Trabalho: 02.04.01.27.812.006.2.0031**
- IV. Elemento de Despesa: 33.90.30;**
- V. Plano Interno: DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR.**

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dona Euzébia, 20 de maio de 2026.

Camilo Teixeira Filho
Secretário de Esportes e Lazer



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo justificar a necessidade de contratação, por meio de processo de **dispensa eletrônica**, para a **aquisição de materiais esportivos**, conforme itens descritos na tabela de referência, destinados ao atendimento das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de Dona Euzébia.

1.2. A aquisição desses materiais visa suprir as demandas relacionadas à realização de campeonatos, treinamentos, projetos esportivos e demais eventos esportivos organizados ou apoiados pela administração municipal. Os itens incluem bolas esportivas, redes, troféus, medalhas, coletes, equipamentos de arbitragem, materiais de treinamento e tatames, que são essenciais para garantir a adequada estrutura das atividades esportivas desenvolvidas no município.

1.3. Dessa forma, a contratação busca assegurar melhores condições para a prática esportiva, proporcionando organização adequada das competições, incentivo à participação da população nas atividades esportivas e fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo diretamente para a promoção da saúde, da integração social e do desenvolvimento esportivo local.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A aquisição dos materiais esportivos descritos na tabela apresentada se faz necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia, garantindo a adequada realização das atividades esportivas promovidas pelo município.

2.2. Os materiais serão utilizados em campeonatos municipais, treinamentos, projetos esportivos e eventos realizados ao longo do ano, possibilitando melhores condições de prática esportiva para atletas, equipes e participantes das ações desenvolvidas pela administração pública.

2.3. A aquisição contempla diversos itens essenciais para a organização e execução das atividades esportivas, tais como bolas para diferentes modalidades, redes esportivas, troféus e medalhas para premiação, equipamentos de arbitragem, materiais de apoio aos treinamentos e tatames para práticas esportivas específicas.

2.4. A disponibilização desses materiais é fundamental para:

2.4.1. Estruturação das competições e eventos esportivos: A utilização de bolas adequadas, redes esportivas, materiais de arbitragem e equipamentos auxiliares garante que os jogos e competições ocorram de forma organizada, respeitando as condições adequadas para cada modalidade.

2.4.2. Realização de premiações esportivas: A aquisição de troféus e medalhas possibilita o reconhecimento dos atletas e equipes participantes, valorizando o esforço, o desempenho e incentivando a continuidade da prática esportiva no município.

2.4.3. Apoio às atividades de treinamento e projetos esportivos: Materiais como coletes, bolas e equipamentos auxiliares são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades de treinamento, permitindo melhor organização das equipes e das dinâmicas esportivas.

2.4.4. Ampliação das condições para prática esportiva: A aquisição de tatames e outros materiais contribui para o desenvolvimento de modalidades específicas, ampliando as possibilidades de atividades esportivas oferecidas à população.

2.5. Dessa forma, a contratação visa garantir as condições necessárias para o pleno funcionamento das atividades esportivas municipais, fortalecendo o incentivo ao esporte, à convivência comunitária e à promoção da qualidade de vida da população.



3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

3.1. A contratação para **aquisição de materiais esportivos**, conforme itens descritos na tabela de referência deste processo, será realizada por meio de **dispensa eletrônica de licitação**, conforme previsto no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal estabelecido para essa modalidade.

3.2. A adoção da dispensa eletrônica justifica-se pela natureza comum dos bens a serem adquiridos e pela necessidade de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia, garantindo maior celeridade ao processo de aquisição sem comprometer os princípios da legalidade, economicidade e eficiência da administração pública.

3.3. A aquisição dos materiais esportivos permitirá a adequada estruturação das atividades esportivas promovidas pelo município, incluindo campeonatos, treinamentos, projetos esportivos e eventos realizados ao longo do calendário esportivo municipal.

3.4. Além disso, a contratação por dispensa eletrônica assegura maior agilidade administrativa e otimização dos recursos públicos, possibilitando que os materiais necessários estejam disponíveis em tempo hábil para utilização nas atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria de Esportes e Lazer, contribuindo para o fortalecimento do esporte amador, a promoção da saúde e a integração social da população.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

4.1. Foi realizada análise preliminar do mercado visando identificar fornecedores aptos a fornecer os **materiais esportivos necessários para as atividades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**, considerando empresas do ramo de comercialização de artigos esportivos.

Durante o levantamento foram analisadas as seguintes alternativas:

- Aquisição por meio de fornecedores especializados em materiais esportivos;
- Aquisição direta em estabelecimentos comerciais locais;
- Aquisição por meio de distribuidores regionais do segmento esportivo.

4.2. Após análise técnica e econômica, verificou-se que a **aquisição junto a empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos** apresenta a solução mais adequada, garantindo variedade de produtos, qualidade dos materiais e melhor relação custo-benefício para a administração pública.

4.2.1 Aquisição em estabelecimentos locais sem processo formal

Essa alternativa foi descartada por não atender plenamente aos princípios da administração pública, especialmente quanto à formalização do processo de contratação, transparência e competitividade entre fornecedores.

4.2.2 Aquisição fragmentada de diferentes fornecedores

Embora possível, essa alternativa poderia gerar dificuldades administrativas relacionadas ao controle de entregas, prazos, padronização de materiais e acompanhamento contratual, além de aumentar a complexidade do processo de compra.

4.3. O valor estimado da contratação foi definido com base em **pesquisa de preços realizada junto a empresas do ramo de materiais esportivos**, considerando os valores praticados no mercado regional para itens como bolas esportivas, redes, troféus, medalhas, equipamentos de arbitragem, coletes e placas de tatame.



4.4. A estimativa levou em consideração o conjunto completo dos itens necessários para a realização das atividades esportivas do município, buscando garantir **economicidade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos**.

4.5. Dessa forma, a **aquisição dos materiais esportivos por meio de empresa especializada** apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e econômico, garantindo a entrega adequada dos produtos, a padronização dos materiais utilizados nas atividades esportivas e o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A aquisição dos materiais esportivos é uma ação estratégica para a promoção do esporte, incentivo à prática de atividades físicas e fortalecimento das ações desenvolvidas pela **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia**. Os materiais serão utilizados na realização de campeonatos municipais, treinamentos esportivos, eventos esportivos e demais atividades voltadas ao desenvolvimento do esporte amador no município.

5.2. Os itens contemplam materiais essenciais para diversas modalidades esportivas, incluindo bolas esportivas, redes, troféus, medalhas, equipamentos de arbitragem, coletes, materiais de apoio e placas de tatame, garantindo melhores condições para a prática esportiva e organização das competições.

5.3. A contratação será realizada por meio de **dispensa eletrônica de licitação**, conforme **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**. O processo observará os princípios da economicidade, eficiência, transparência e legalidade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.4. Sempre que possível, será priorizada a contratação de empresa localizada em região próxima ao município de Dona Euzébia, com o objetivo de otimizar a logística de entrega, reduzir custos operacionais e facilitar a comunicação e o acompanhamento da execução da entrega dos materiais.

5.5. A empresa interessada deverá apresentar proposta contendo as condições para **fornecimento dos materiais esportivos descritos na tabela de referência**, garantindo:

- Fornecimento dos produtos conforme especificações e quantidades solicitadas;
- Qualidade adequada e compatível com os padrões normalmente utilizados em atividades esportivas;
- Cumprimento do prazo de entrega estabelecido pela Secretaria de Esportes e Lazer;
- Responsabilidade pelo transporte e entrega dos materiais no local indicado pela Administração Municipal;
- Substituição de itens que apresentem defeitos, avarias ou divergência em relação às especificações solicitadas.

5.6. Conforme avaliação técnica da contratação, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

5.6.1. QUALIDADE DOS PRODUTOS:

- Todos os materiais esportivos fornecidos deverão apresentar qualidade adequada para uso em treinamentos, competições e atividades esportivas promovidas pelo município, garantindo durabilidade e segurança aos usuários.

5.6.2. LOGÍSTICA E PRAZO DE ENTREGA:

- A empresa deverá possuir capacidade logística para realizar a entrega dos materiais dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, garantindo que os produtos estejam disponíveis para utilização nas atividades esportivas programadas.

5.6.3. REGULARIDADE DOCUMENTAL:

- A empresa deverá estar legalmente constituída, possuir inscrição ativa nos órgãos competentes e apresentar toda a documentação exigida pela legislação vigente para contratação com a administração pública.

5.6.4. Condições de fornecimento

- A empresa será responsável por fornecer os materiais esportivos conforme especificações e quantidades estabelecidas no processo de contratação, garantindo que os produtos estejam em perfeito estado de uso e devidamente acondicionados para transporte.

6. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

6.1. A aquisição dos materiais esportivos está prevista no **Plano de Contratações Anual do município de Dona Euzébia**, no âmbito das ações voltadas à promoção do esporte e lazer.

6.2. A medida está alinhada às diretrizes da administração municipal para fortalecimento das políticas públicas de incentivo ao esporte, promoção da saúde, integração social e estímulo à participação da população em atividades esportivas e recreativas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

7.1. A aquisição de **materiais esportivos diversos**, por meio de dispensa eletrônica de licitação, representa a solução mais eficiente para atender às demandas da **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia**, garantindo a disponibilidade de equipamentos adequados para a realização de campeonatos, treinamentos, eventos e demais atividades esportivas promovidas pelo município.

7.2. A contratação por dispensa, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, permite um processo mais ágil e eficiente, mantendo a legalidade, a transparência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

7.3. A empresa contratada será responsável pelo **fornecimento integral dos materiais esportivos**, conforme especificações e quantidades definidas na tabela de referência do processo.

Os principais aspectos da solução incluem:

- **Fornecimento dos materiais esportivos:** A empresa deverá fornecer todos os itens solicitados, incluindo bolas esportivas, redes, troféus, medalhas, equipamentos de arbitragem, coletes, materiais auxiliares e placas de tatame, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas.
- **Garantia de qualidade dos produtos:** Os materiais deverão apresentar qualidade adequada para uso em atividades esportivas, garantindo segurança, durabilidade e bom desempenho durante a utilização em treinamentos e competições.
- **Logística de entrega:** A contratada será responsável pelo transporte e entrega dos materiais no local indicado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, garantindo que os produtos cheguem em perfeitas condições de uso.
- **Substituição de materiais com defeito:** Caso algum item apresente defeito, avaria ou não esteja em conformidade com as especificações solicitadas, a empresa deverá realizar a substituição do produto sem custos adicionais para a Administração.

- **Suporte administrativo:** A empresa deverá manter comunicação com a Secretaria de Esportes e Lazer durante o processo de entrega, garantindo o correto acompanhamento da execução contratual e a resolução de eventuais necessidades relacionadas ao fornecimento dos materiais.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de custo para a contratação refere-se à **aquisição de materiais esportivos destinados ao atendimento das atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia**, incluindo campeonatos municipais, treinamentos, escolinhas esportivas e demais eventos esportivos promovidos pelo município.

8.2. Os valores foram definidos com base em **pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo**, considerando os materiais necessários para a adequada realização das atividades esportivas, garantindo melhores condições de prática esportiva, organização das competições e incentivo à participação da população nas ações promovidas pela administração pública.

8.3. O valor estimado da contratação é o seguinte:

| ITEM | QUANT | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VOLAR TOTAL |
|------|-------|---------------------------------------|----------------|--------------|
| 01 | 02 | BOLA BASQUETE | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 02 | 01 | REDE BASQUETE SEDA | R\$ 63,00 | R\$ 63,00 |
| 03 | 13 | BOLA PENALTY FUTSAL LIDER | R\$ 122,00 | R\$ 1.586,00 |
| 04 | 12 | BOLA FUTSAL STORM | R\$ 142,00 | R\$ 1.704,00 |
| 05 | 03 | BOLA CAMPO | R\$ 142,00 | R\$ 426,00 |
| 06 | 01 | REDE FUTSAL FIO4 | R\$ 337,50 | R\$ 337,50 |
| 07 | 01 | REDE SPITTER VOLEI 4 FX SINTÉTICA | R\$ 217,00 | R\$ 217,00 |
| 08 | 03 | REDE SPITTER FUTSAL FIO4 SEDA | R\$ 457,00 | R\$ 1.371,00 |
| 09 | 01 | REDE SPITTER CAMPO FIO 4 NYLON | R\$ 837,00 | R\$ 837,00 |
| 10 | 01 | REDE SOCIETY | R\$ 640,00 | R\$ 640,00 |
| 11 | 01 | REDE SPITTER SOCIETY 6 MTS FIO4 NYLON | R\$ 864,00 | R\$ 864,00 |
| 12 | 30 | MEIÃO PENALTY MATIS TREINO ADULTO | R\$ 28,00 | R\$ 840,00 |
| 13 | 01 | TROFÉU PIAZZA CAMPEÃO | R\$ 136,00 | R\$ 136,00 |
| 14 | 01 | TROFÉU PIAZZA VICE CAMPEÃO | R\$ 115,00 | R\$ 115,00 |
| 15 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 131,00 | R\$ 131,00 |
| 16 | 01 | TROFÉU PIAZZA ARTILHEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 46,00 |
| 17 | 01 | TROFÉU PIAZZA | R\$ 84,00 | R\$ 84,00 |
| 18 | 03 | TROFÉU PIAZZA GOLEIRO | R\$ 46,00 | R\$ 138,00 |
| 19 | 06 | MEDALHA PIAZZA GRANDE | R\$ 16,00 | R\$ 96,00 |
| 20 | 01 | LUVA GOLEIRO | R\$ 90,50 | R\$ 90,50 |
| 21 | 02 | BALDE MASSAGEM | R\$ 151,00 | R\$ 302,00 |
| 22 | 02 | CESTA PARA GARRAFA C/6 SLIM 550ML | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 23 | 04 | MEDALHA CRESPAR GRANDE 50MM | R\$ 5,50 | R\$ 22,00 |
| 24 | 01 | KIT CARTÃO SALÃO SCALIBU | R\$ 28,00 | R\$ 28,00 |
| 25 | 02 | APITO SCALIBU GRANDE | R\$ 13,00 | R\$ 26,00 |
| 26 | 02 | APITOS | R\$ 6,50 | R\$ 13,00 |

| | | | | |
|----|----|---------------------------|------------|--------------|
| 27 | 02 | CORDÃO SCALIBU PARA APITO | R\$ 7,00 | R\$ 14,00 |
| 28 | 01 | FITA MARCAÇÃO | R\$ 217,50 | R\$ 217,50 |
| 29 | 29 | COLETES | R\$ 17,00 | R\$ 493,00 |
| 30 | 20 | PLACA TATAME 4MM | R\$ 178,00 | R\$ 3.560,00 |

8.4. O valor total estimado para a aquisição dos materiais esportivos é de **R\$ 14.997,50 (quatorze mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).**

8.5. A contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando que o valor total da aquisição se encontra dentro do limite legal estabelecido para esse tipo de procedimento.

8.6. A aquisição desses materiais é fundamental para garantir a continuidade das atividades esportivas desenvolvidas no município, bem como para viabilizar a realização de campeonatos, treinamentos e demais eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, contribuindo para o incentivo à prática esportiva, promoção da saúde, integração comunitária e valorização do esporte amador local.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A aquisição de materiais esportivos tem como objetivo garantir melhores condições para a realização das atividades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Dona Euzébia, contribuindo para o desenvolvimento do esporte no município e incentivando a participação da população nas práticas esportivas.

Com a efetivação da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

9.1.1. Melhoria das condições de prática esportiva

A disponibilização de materiais esportivos adequados possibilitará melhores condições para a realização de treinamentos, campeonatos e demais atividades esportivas desenvolvidas no município.

9.1.2. Fortalecimento do esporte municipal

Os materiais adquiridos contribuirão para a organização e realização de competições esportivas, incentivando a participação de atletas e equipes locais.

9.1.3. Incentivo à prática esportiva e ao lazer

A aquisição dos materiais permitirá ampliar o acesso da população às atividades esportivas, promovendo saúde, lazer, integração social e qualidade de vida.

9.2. Dessa forma, a Administração Pública busca fortalecer o esporte como instrumento de **promoção da saúde, inclusão social, lazer e desenvolvimento comunitário**, garantindo melhores condições para a realização das atividades esportivas no município.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Antes da formalização do processo de contratação para a aquisição dos materiais esportivos, a Administração Pública deverá adotar as seguintes providências:

10.1.1. Levantamento e análise documental

Verificação da documentação da empresa fornecedora, incluindo:

- Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas e fiscais;
- Comprovação de regularidade da empresa para fornecimento de materiais esportivos.

10.1.2. Pesquisa de preços e análise das propostas

- Realização de pesquisa de mercado para identificação dos valores praticados;

- Avaliação das propostas apresentadas pelos fornecedores;
- Verificação da compatibilidade dos preços com os valores de mercado.

10.1.3. Elaboração e aprovação do processo de contratação

- Elaboração da documentação necessária para a contratação;
- Análise jurídica quanto à legalidade do procedimento.

10.1.4. Autorização e publicação

Após a autorização da autoridade competente, será realizada a publicação do extrato da contratação, conforme determina a **Lei nº 14.133/2021**.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, as licitações devem observar o princípio do parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

11.2. No presente caso, a contratação será realizada **em lote único**, considerando que os materiais esportivos possuem natureza semelhante e são destinados às mesmas atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, sendo mais vantajoso para a administração realizar a aquisição de forma conjunta, garantindo maior eficiência administrativa e melhor gestão dos materiais.

12. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Ao considerar os possíveis impactos ambientais na aquisição de material esportivo, juntamente com as medidas mitigadoras correspondentes, os seguintes pontos podem ser destacados a partir das fontes fornecidas:

12.1.1. Possíveis Impactos Ambientais:

- 1) **Consumo de Recursos Naturais:** A fabricação de equipamentos esportivos pode exigir o uso intensivo de recursos naturais, como água, energia e matéria-prima (como plástico, metal, borracha, etc.).
- 2) **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** O transporte de equipamentos esportivos, muitas vezes, envolve o uso de veículos movidos a combustíveis fósseis, resultando na emissão de gases de efeito estufa.
- 3) **Geração de Resíduos:** A embalagem, o descarte de equipamentos antigos e os resíduos gerados durante o processo de fabricação podem contribuir para a poluição do meio ambiente.

12.1.2. Medidas Mitigadoras:

- 1) **Priorizar Produtos Sustentáveis:** Optar por equipamentos esportivos fabricados com materiais sustentáveis e ecologicamente corretos, como plástico reciclado, madeira certificada ou materiais biodegradáveis.
- 2) **Minimizar o Uso de Embalagens:** Negociar com os fornecedores para reduzir a quantidade de embalagens utilizadas no transporte e armazenamento dos equipamentos esportivos, preferindo embalagens recicláveis ou biodegradáveis.
- 3) **Priorizar Fornecedores Locais:** Dar preferência a fornecedores locais sempre que possível para reduzir as emissões associadas ao transporte de longa distância.
- 4) **Promover a Reutilização e Reciclagem:** Estabelecer programas de reciclagem para os equipamentos esportivos no final de sua vida útil e incentivar a reutilização de materiais sempre que possível.
- 5) **Investir em Energia Renovável:** Optar por fornecedores que utilizem energia renovável em seus



processos de fabricação e transporte, reduzindo assim a pegada de carbono associada à produção dos equipamentos.

- 6) **Educacional Ambiental:** Integrar educação ambiental nas atividades esportivas para conscientizar os alunos sobre a importância da sustentabilidade e incentivá-los a adotar práticas mais ecológicas em suas vidas cotidianas.

12.2. Ao implementar essas medidas mitigadoras, a aquisição de material esportivo pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer pode ser realizada de forma mais sustentável, minimizando seus impactos ambientais e contribuindo para a promoção da conscientização ecológica entre os alunos e a comunidade escolar.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1. A aquisição de materiais esportivos não apresenta impactos ambientais significativos, uma vez que se trata de fornecimento de equipamentos utilizados em atividades esportivas e recreativas.

13.2. Ainda assim, poderão ser adotadas práticas sustentáveis, tais como:

- Aquisição de materiais de boa durabilidade, reduzindo a necessidade de reposições frequentes;
- Descarte adequado de materiais danificados ou inutilizados;
- Incentivo ao uso consciente e conservação dos equipamentos esportivos.

14. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

14.1. Vigência da Contratação: 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da pretendida contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- VI. Gestão/Unidade: 02.04.01;**
- VII. Fonte de Recursos: 1.500;**
- VIII. Programa de Trabalho: 02.04.01.27.812.006.2.0031**
- IX. Elemento de Despesa: 33.90.30;**
- X. Plano Interno: DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR.**

Dona Euzébia, 20 de maio de 2026.

Camilo Teixeira Filho
Secretário de Esportes e Lazer

